

Weivel Maklis Gomes Freitas

A PERCEPÇÃO DE POLICIAIS MILITARES QUANTO À EXISTÊNCIA DE PRECONCEITO  
DE CLASSE SOCIAL NA ATUAÇÃO POLICIAL

Belo Horizonte

2014

Weivel Maklis Gomes Freitas

A PERCEPÇÃO DE POLICIAIS MILITARES QUANTO À EXISTÊNCIA DE PRECONCEITO  
DE CLASSE SOCIAL NA ATUAÇÃO POLICIAL

Monografia apresentada à Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial de conclusão do Curso de Especialização em Segurança Pública e Justiça Criminal, sob a orientação da Professora Geralda Eloísa Gonçalves Nogueira, Mestre.

Belo Horizonte

2014

Weivel Maklis Gomes Freitas

A percepção de policiais militares quanto à existência de preconceito de classe social na atuação policial

Monografia apresentada à Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial de conclusão do Curso de Especialização em Segurança Pública e Justiça Criminal.

Banca examinadora

Professora Geralda Eloísa Gonçalves Nogueira, Orientadora

Professor Alexandre Diniz, Avaliador

Belo Horizonte, 28 de novembro de 2014.

*Dedico este trabalho aos meus pais, José Miguel de Freitas e Lúcia Rodrigues Gomes de Freitas, razão do meu ser, exemplos de caráter e valores, fonte de ensinamentos, entusiasmo e perseverança para vencer os desafios.*

Agradeço a Deus, em sua infinita misericórdia, por permitir mais esta conquista em minha existência.

A toda a minha querida família, pela constante torcida.

À minha dileta amiga Cláudia Moreira, pelo apoio e incentivo nesse período de nosso convívio.

À minha orientadora, Professora Geralda Eloísa Gonçalves Nogueira, pela disponibilidade, confiança e eficiente condução para o alcance dos melhores resultados.

À Professora Carolina Portugal, da Fundação João Pinheiro, pelo apoio dispensado na consecução deste trabalho.

## RESUMO

A manifestação do comportamento humano é fator determinante para a formação cultural de uma sociedade e decorre da interação social entre os indivíduos e da dependência que estes possuem entre si para o desenvolvimento das mais variadas atividades sociais. Neste contexto, o policial militar é um cidadão membro da sociedade e, simultaneamente, atua como mediador de conflitos decorrentes das relações sociais. Entretanto, durante o atendimento à sociedade em eventos de defesa social, existe a possibilidade de que o policial adote uma conduta parcial de acordo com a influência dos seus costumes, externando uma atitude baseada em preconceitos e estereótipos enraizados na cultura social. Deste modo, é possível a existência do preconceito de classe social tanto nos membros pertencentes à sociedade quanto nos policiais militares. Assim, o presente trabalho destinou-se a identificar a percepção dos policiais militares quanto à existência de preconceito de classe social na atuação policial, dispensando um tratamento diferenciado a um indivíduo simplesmente por este aparentar ser pobre ou pertencer a uma classe social inferior.

Palavras-chave: Preconceito. Preconceito de classe social. Atuação policial. Segurança Pública.

## **ABSTRACT**

The manifestation of human behavior is a determining factor for the cultural formation of a society and comes from the social interaction between individuals relying on the need they have on each other for the development of various social activities. On this context the Military Police is a member of the society and simultaneously act as a mediator in conflicts caused by social relations. Nevertheless a Police Officer could have a partial conduct towards someone or something in a case of a social defense occurrence due to the influence of his/her social background, having an attitude based on prejudice and stereotypes attached on the social culture. Therefore social prejudice can be found among citizens as well as the Military Police. This work has the aim to identify the perception of the Military Police Officer concerning the existence of social class prejudice during their work avoiding special treatment simply because a citizen appears to be poor or belong to a lower social class.

Keywords: Prejudice. Social Class Prejudice. Police Action. Public Security.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEP	Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa
CCEB	Critério de Classificação Econômica Brasil
CG	Comando-Geral
EMPM	Estado-Maior da Polícia Militar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MTP	Manual Técnico-Profissional
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
ROTAM	Rondas Táticas Metropolitanas
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos
TPB	Treinamento Policial Básico

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>CLASSES SOCIAIS E PRECONCEITO NO BRASIL.....</b>	<b>13</b>
<b>2.1</b>	<b>O Povo Brasileiro.....</b>	<b>15</b>
<b>2.2</b>	<b>As classes sociais no Brasil de hoje.....</b>	<b>17</b>
<b>2.3</b>	<b>Preconceito e classes sociais.....</b>	<b>20</b>
2.3.1	Segundo Darcy Ribeiro.....	20
2.3.2	Segundo a Psicologia.....	22
<b>2.4</b>	<b>Policial militar e preconceito.....</b>	<b>24</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>27</b>
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA.....</b>	<b>30</b>
<b>4.1</b>	<b>Perfil dos entrevistados.....</b>	<b>30</b>
<b>4.2</b>	<b>Indicadores da percepção dos entrevistados.....</b>	<b>33</b>
4.2.1	Relação entre o local em que o cidadão se encontra e a motivação para a abordagem policial.....	33
4.2.2	Relação entre a má aparência do cidadão e a chance de ser abordado por policiais.....	34
4.2.3	Relação entre a aparência de pobreza do indivíduo e a frequência de abordagem pela polícia militar.....	34
4.2.4	Relação entre a aparência de se ter uma boa condição financeira e a suspeição de cometimento de um crime.....	35
4.2.5	Relação entre o pertencimento a classes sociais distintas e a conduta do policial na abordagem.....	36
4.2.6	A manifestação de preconceito durante o atendimento a ocorrências policiais envolvendo pessoas das classes sociais mais baixas.....	36

4.2.7	A influência da situação econômico-financeira de um bairro ou região para a disponibilização e emprego, por parte da Organização, da quantidade de policiais empregados na localidade.....	37
4.2.8	Frequência com que os policiais militares associam a prática do crime a um indivíduo por este aparentar ser de uma classe social mais baixa.....	38
4.2.9	Relação existente entre a condição socioeconômica de um cidadão e a possibilidade deste indivíduo ser um provável suspeito do cometimento de um crime.....	38
4.2.10	A possibilidade de variar a abordagem e o atendimento de ocorrência em conformidade com a classe social a que o cidadão pertença.....	39
4.2.11	A possibilidade de adotar uma conduta policial diferenciada considerando a condição socioeconômica de um público alvo sem haver, necessariamente, a interferência de estereótipos e preconceitos durante a atuação.....	40
<b>4.3</b>	<b>Análise dos indicadores.....</b>	<b>41</b>
<b>4.4</b>	<b>Indicadores de preconceito de classe social e perfil profissional dos entrevistados.....</b>	<b>43</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>50</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>
<b>7</b>	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>55</b>
<b>7.1</b>	<b>Questionário.....</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A formação cultural da sociedade brasileira foi influenciada pelos aspectos históricos transcorridos desde o descobrimento do Brasil até os dias atuais. A inserção do indivíduo na sociedade proporciona uma vivência permeada de aprendizados e a imperceptível absorção da cultura, que consiste em todas as contribuições daquele povo em conhecimentos, arte, crenças, moral, e, também inclui estereótipos e preconceitos em seus mais variados tipos.

Além dos problemas sociais e econômicos gerados pela desigualdade social oriundos da divisão do trabalho na sociedade, a discriminação social no Brasil amplia as dificuldades encontradas pelos mais pobres. Não suficiente o preconceito racial, há o preconceito que está associado ao poder aquisitivo, padrão de vida e nível de escolaridade dos indivíduos, chamado preconceito de classe social, sendo a renda o fator determinante de sua posição social<sup>1</sup>.

Não obstante, assim como todos os outros indivíduos, os policiais militares participam deste meio social e também são influenciados pelo mesmo processo de formação cultural, onde estão sujeitos a sofrer a influência de preconceitos durante a formação da personalidade. Deste modo, partindo dessa premissa, é possível que durante a atuação destes profissionais no atendimento aos eventos de defesa social ocorra a reprodução dessa realidade de influência dos preconceitos em suas condutas pessoais, pois estes policiais também são atores do cenário social.

Considerando inicialmente que o policial militar é um cidadão como qualquer outro, ele também pode ser influenciado pelos estereótipos sociais e preconceitos gerados nas relações sociais e arraigados na cultura. Nessas condições, existe a possibilidade do policial agir com parcialidade em sua atuação profissional, o que se configura como uma questão ética importante na medida em que funcionam como mediadores das relações sociais.

Neste contexto, decorre o seguinte problema: a atuação policial é influenciada por tratamentos preconceituosos com pessoas das classes sociais baixas, resultando em condutas discriminatórias? Essa é a pergunta que norteou o presente trabalho: a atuação policial pode ser influenciada por tratamentos preconceituosos, direcionados a pessoas que pertencem a classes sociais mais baixas, resultando na adoção de condutas discriminatórias

---

<sup>1</sup> RIBEIRO, Paulo Silvino. **Preconceito de Classe Social**. Disponível em: <[www.brasilecola.com/sociologia/preconceito-classe-social.htm](http://www.brasilecola.com/sociologia/preconceito-classe-social.htm)>. Acesso em: 31Ago. 2014.

com os mais pobres e na existência de um policiamento diferenciado em função do status socioeconômico do indivíduo?

Identificar a percepção dos policiais militares quanto à existência de preconceito de classe social na atuação policial foi o objetivo geral do presente trabalho monográfico. Dois foram os objetivos específicos traçados: identificar, de acordo com a percepção dos policiais militares, se a presença de preconceito de classe social influencia no atendimento de ocorrências policiais; e, verificar a possibilidade da existência de uma atuação diferenciada dos policiais militares de acordo com a aparência das pessoas e a possível manifestação de preconceito de classe social.

De acordo com o tema proposto e os objetivos traçados, sustenta-se a seguinte hipótese formulada a partir do problema citado: a atuação dos policiais militares é influenciada pelas percepções sociais e preconceitos presentes na sociedade, da qual estes profissionais também fazem parte, resultando em condutas diferenciadas e discriminatórias.

O trabalho policial militar exige contato rotineiro destes profissionais com a população nas mais diversas situações, a maioria delas, críticas. Atuar de forma imparcial, legítima e dentro da legalidade não é tarefa fácil. As variáveis envolvidas nessas situações são muitas e impossíveis de serem antecipadas.

O policial militar é um membro da sociedade e compartilha com ela expectativas, percepções, preconceitos, dentre outras condições frutos da convivência social e da cultura.

Partindo da hipótese de que as ações dos policiais são diferenciadas resultando em um tratamento desigual a cada tipo de cidadão a ser atendido, sendo a renda o fator diferenciador, o ângulo de análise do problema relaciona-se à identificação deste tipo de preconceito que, influenciando a conduta do policial militar, propende a levá-lo a um tratamento diferenciado durante a ação profissional.

A relevância do tema encontra-se na necessidade de melhor compreensão de condições que determinam a conduta de policiais militares durante atividade profissional. O tema deve ser amplamente discutido para que medidas sejam tomadas de forma que estereótipos e preconceitos não interfiram na atuação de policiais que ainda permanecem com determinada atitude durante o exercício profissional.

O problema é tangível a partir da perspectiva de que todas as pessoas merecem tratamento igualitário, independente de sua condição social, poder aquisitivo, padrão de vida ou nível de escolaridade. As ações dos policiais militares devem ser padronizadas e isentas

de qualquer forma de preconceito, a ponto de não serem influenciadas pelos estereótipos criados e mantidos pela sociedade.

Para o desenvolvimento, este trabalho foi dividido em capítulos. Após a Introdução, o Capítulo 2, aborda os conceitos de classe social, preconceito, o processo histórico delineador das causas do preconceito de classe social atualmente no Brasil e apresenta a relação entre atuação do policial militar e preconceito. A metodologia utilizada para a elaboração do presente trabalho é apresentada no Capítulo 3. O Capítulo 4 traz a análise de dados e resultados da pesquisa de campo realizada. No Capítulo 5 são apresentadas as conclusões e, por fim, seguem-se as referências bibliográficas e o apêndice.

## 2 CLASSES SOCIAIS E PRECONCEITO NO BRASIL

O processo de colonização do Brasil a partir de 1500 foi determinante na formação da atual população brasileira, que foi marcada pela desigualdade social e estratificada em classes resultantes da escravização dos indígenas e negros africanos logo após seu descobrimento pelos portugueses (RIBEIRO, 1995).

A partir de então, segundo Ribeiro (1995), a sociedade destas terras começou a ser modelada pela política de povoamento adotada pelos colonizadores, o que incluía o estabelecimento de relações entre os imigrantes portugueses e as índias que aqui habitavam para a reprodução, originando os mamelucos. Este processo resultou em um povo desconhecido, o qual não era reconhecido como descendente dos portugueses tão pouco dos indígenas habitantes do Brasil colônia, pois um recém-nascido cujo pai não fosse um índio do sexo masculino também não era reconhecido pelos índios como seu descendente.

A colonização do Brasil foi marcada pela exploração de suas riquezas pelos portugueses, a princípio, pela extração e exportação do pau-brasil e posteriormente pela produção açucareira. Para desenvolvimento destas atividades, os colonos escravizaram os milhares de negros traficados da África para o Brasil e os habitantes nativos como complemento da força de trabalho.

Conseqüentemente, durante todo o processo histórico de desenvolvimento e crescimento populacional do Brasil, esta população e seus descendentes viviam em condições precárias causadas pela divisão do trabalho, originando uma segregação social e grande diversidade cultural. Tais condições de trabalho e de vida os levavam a povoarem as localidades mais pobres, com características definidas. No processo de colonização de áreas urbanas por essa população, esses locais são, na atualidade, conhecidos como aglomerados urbanos ou são áreas degradadas nas periferias das cidades. Essa configuração social e espacial propicia a segregação social, marcando a população menos favorecida como pobres e moradores de áreas ruins, sendo causa da manifestação de preconceitos sociais entre indivíduos com realidades socioeconômicas diferentes.

Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Michaelis (WEISZFLOG, 2010), preconceito é “opinião ou sentimento desfavorável, concebido antecipadamente ou independente de experiência ou razão”, ou ainda, “atitude emocionalmente condicionada,

baseada em crença, opinião ou generalização, determinando simpatia ou antipatia para com indivíduos ou grupos”. Assim, preconceito é um conceito preconcebido, manifestado geralmente na forma de uma atitude “discriminatória” perante pessoas, lugares ou tradições, considerados antes de averiguar a realidade. Costuma indicar desconhecimento pejorativo de alguém, ou de um grupo social, ao que lhe é diferente.

Não obstante os problemas sociais e econômicos dados pela desigualdade social gerada pela divisão do trabalho na sociedade desde o Brasil colônia, a discriminação social no Brasil amplia as dificuldades encontradas pelos mais pobres. Além de todos os tipos de preconceito, ainda há o que está associado ao poder aquisitivo, padrão de vida, posição social e nível de escolaridade dos indivíduos, chamado preconceito de classe social. Neste tipo de preconceito, a renda é o fator determinante de posição social do indivíduo, moldando uma cultura social marcada por estereótipos e preconceitos em seus mais variados tipos (RIBEIRO, 2013).

Michaelis (WEISZFLOG, 2010) conceitua classe social como “camada ou estrato não hereditário, cujos membros se consideram socialmente iguais em virtude de semelhanças de nível econômico, profissional e educacional, e ainda atitudes morais, afiliação política e religiosa”. Deste modo, classe social é um grupo de pessoas que possuem características semelhantes, tal como um status socioeconômico similar.

É de fundamental importância, ao conceituar classe social, analisar o conceito sociológico atribuído por Karl Marx, o qual fundamenta que as classes sociais são decorrentes da divisão social do trabalho (RIBEIRO, 2013). Segundo Marx, o capitalismo segrega a sociedade em classes sociais, uma classe de proletários, responsáveis pela força de trabalho, e a outra burguesa, proprietárias dos meios de produção. Deste modo, o capitalismo considera o trabalhador como parte do processo produtivo e atribui a este a finalidade tão somente de produzir, dividindo a sociedade em extremos, uma classe dominante e uma classe dominada. Esta divisão é determinante para a diferenciação social, principalmente no que se refere às condições econômicas e às possibilidades financeiras dos trabalhadores em relação aos donos dos meios de produção, aumentando assim a desigualdade existente entre estas partes.

Entretanto, ao analisar o preconceito de classe social não podemos tão somente considerar o conceito atribuído por Marx, o qual presume a existência dessas duas classes principais. Deve-se então considerar todos os outros fatores que influenciam na diversidade social, tantos quantos forem necessários para determinar as condições socioeconômicas e culturais da sociedade, seu padrão de vida, moradia, escolaridade entre outros. Assim, ao

observar todos estes critérios, identifica-se a existência de muitas outras classes sociais, sendo a renda do indivíduo o principal fator para determinar seu status na sociedade e a possível existência de preconceito de classe social (RIBEIRO, 2013).

Ao fazer uma análise da sociedade, sua composição e as relações que se estabelecem, é possível constatar ainda a possibilidade da existência de preconceito de classe social entre pessoas de uma mesma classe social. Assim, por exemplo, entre um grupo de proletários, conforme o conceito atribuído por Marx, pode haver faixas de rendas diversificadas, sendo determinantes quanto ao poder aquisitivo do indivíduo, diferenciando-o dos outros, podendo suscitar discriminação ou preconceito. O mesmo pode ser atribuído a outras classes sociais e diferenciações que ocorram no seio delas (RIBEIRO, 2013).

## **2.1 O Povo Brasileiro**

Em sua reconhecida obra intitulada *O Povo Brasileiro*, o antropólogo Darcy Ribeiro descreve cronologicamente o processo de formação da sociedade brasileira desde o descobrimento do Brasil.

Após a chegada dos portugueses em solo brasileiro, foram descobertas as fontes de riquezas das novas terras habitadas exclusivamente por indígenas. Deste modo, a coroa iniciou a exploração de pau-brasil, utilizando para isso, a escravização da mão de obra nativa. Com o objetivo de complementar a força de trabalho foram aliciados negros africanos ao Brasil, vítimas do tráfico de escravos e que após a chegada em novas terras, desenvolveriam um importante papel na formação da sociedade brasileira (RIBEIRO, 1995).

Da miscigenação entre estes povos – portugueses, índios, negros e tantos outros imigrantes – um novo povo surgiu, diferente de todos os outros. Contudo, a segregação decorrida da relação de trabalho entre os senhores e escravos deu início à estratificação social já naquela época, conforme cita Darcy Ribeiro referindo-se à sociedade colonial nascente:

Em contraste com as etnias tribais que sobreviveram algum tempo a seu lado, a sociedade colonial nascente, bizarra e precária, era e atuava como um rebento ultramarino da civilização européia, em sua versão portuguesa.

Vale dizer, era já uma sociedade bipartida em uma condição rural e outra urbana, estratificada em classes, servida por uma cultura erudita e letrada, e integrada na economia de âmbito internacional que a navegação possibilitara (RIBEIRO, 1995, p. 66).

A partir de então, a organização da vida social e econômica do Brasil colônia separou a sociedade em duas realidades diversas e dependentes devido à relação de trabalho, caracterizadas por uma sociedade urbana e outra rural, estratificada em classes sociais. Aos portugueses era atribuída a nobreza da sociedade, senhores donos das terras e dos escravos. Em contrapartida, índios e escravos eram tidos como a força de trabalho, de cultura inferior aos portugueses e a quem deviam a prestação de serviços. Neste âmbito, todos os descendentes destes povos herdavam cada qual sua classe social pré-atribuída aos ascendentes.

A mestiçagem entre portugueses, índios e escravos africanos possibilitou o desenvolvimento de culturas diversas que foram distribuídas pelas regiões do imenso território, contribuindo ainda mais para a estratificação da sociedade brasileira. A presença dos negros trazidos do Continente Africano marcou a formação racial e cultural da sociedade brasileira, principalmente com a difusão de suas cores mais fortes e marcantes. Embora os ancestrais tivessem suas raças muito bem definidas, os descendentes brasileiros não se viam com uma raça definida e pura, resultante da complexa miscigenação de todas as que estavam presentes na colônia de Portugal, sendo obrigados a construir uma identidade própria e assumir um papel na sociedade a partir daí.

Assim a população neobrasileira formou-se nos próximos séculos pelo processo de mestiçagem entre povos brancos, negros e indígenas, principalmente.

O resultado do período de colonização foi o processo de formação do povo brasileiro e a estruturação de uma nacionalidade étnica diversa das existentes em suas matrizes, sempre mantendo uma classe social dominante e outra economicamente dependente.

A brutalidade presente nas relações de escravidão do período colonial brasileiro entre senhores e escravos marcou nossa sociedade e está presente em nossos dias como uma herança racista e classista, em que era permitido até mesmo o uso de força física em forma de tortura, praticada contra os mais pobres, para conservar a obrigação de realizar os trabalhos e manter o regime de escravidão. Essa forma de inserção desses indivíduos e grupos na nossa sociedade possibilitou o surgimento de preconceitos que permanecem até hoje. Mesmo após os negros escravos lutarem por sua liberdade e alcançada a abolição,

ainda são vítimas de discriminações humilhantes decorrentes da inferioridade que lhes foi imposta anteriormente, o que lhes dificulta a integração na sociedade como iguais a qualquer outro cidadão em direitos e deveres (RIBEIRO, 1995).

Com o passar dos séculos houve um aumento significativo da população brasileira resultante da política de povoamento da colônia adotada pelos portugueses. Este crescimento foi responsável pela distribuição da população em diversas regiões no Brasil, explorando áreas desconhecidas e desenvolvendo posteriormente a produção açucareira, extração de minerais, exploração das seringueiras nativas, criação de gado etc.

Segundo Ribeiro (1995), o aumento populacional foi determinante para o crescimento da população urbana, desenvolvimento da construção civil e industrialização inicial do país. Indica, ainda, que em consequência, acumulou-se uma mão de obra barata e que grande parte da população passou a viver em condições precárias, com dificuldades para o sustento de suas próprias famílias, impossibilitando cada vez mais a distribuição homogênea da renda entre a população, estreitando a relação de dependência entre trabalhadores e patrões.

Deste modo, a constituição de classes sociais no Brasil é resultante dos fatores históricos e socioeconômicos e suas características foram se enraizando na cultura do nosso povo desde o seu processo de colonização pelos portugueses.

## **2.2 As classes sociais no Brasil de hoje**

O processo de desenvolvimento do povo brasileiro foi marcado pelas relações de trabalho que contribuíram para a estratificação da sociedade em classes sociais (RIBEIRO, 2013). Há modos diferenciados de estabelecer e medir posições sociais. Pode-se dizer, apesar disso, que a melhor definição de classes sociais inclui a sua determinação por vários fatores que permitem diferenciar as condições de vida e estabelecer padrões socioeconômicos dos indivíduos, tais como nível de escolaridade, nível de renda, condições de moradia e acesso a crédito e serviços como plano de saúde, lazer e transporte.

Muitas metodologias podem ser usadas para definição e estabelecimento de posições ou classes sociais. Neste contexto, o trabalho adquire relevância, pois dele decorre

a renda do indivíduo e a partir dela, será definido o nível de vida e o padrão social. Assim, a renda é um fator determinante para analisar as condições sociais de um indivíduo.

Segundo o IBGE, “o trabalho é elemento central e estruturante das relações sociais e econômicas estabelecidas nas sociedades” (BRASIL, 2013, p. 140), que irão interferir diretamente nas condições de vida da população. Assim, através do trabalho, o indivíduo viabiliza o acesso ao mercado de consumo e aos serviços da sociedade capitalista, tais como educação, saúde, transporte e habitação.

Entre 2002 e 2012, a sociedade brasileira passou por mudanças que produziram impactos significativos sobre as condições de vida da população. Por um lado, o dinamismo do mercado de trabalho se traduziu no crescimento da população ocupada e na formalização das relações de trabalho, onde um contingente maior de trabalhadores passou a contar com uma série de direitos e benefícios vinculados à posse da carteira de trabalho. [...] Cabe ressaltar o papel desempenhado pelo salário mínimo, cuja valorização neste período permitiu a ampliação do poder de compra dos trabalhadores com mais baixos rendimentos e dos beneficiários da Previdência Social, cujo piso equivale ao valor do mínimo vigente (BRASIL, 2013, p. 17-18).

Em uma sociedade capitalista, a relação entre o salário do indivíduo, sua consequente condição financeira e o seu acesso a bens e serviços permite dividir a sociedade em classes com poderes aquisitivos diversificados, apontando para uma estratificação econômica do grupo social analisado. A estratificação indica a existência de desigualdades e diferenças entre os indivíduos daquele grupo ou sociedade.

Observa-se então que as condições sociais do indivíduo são estabelecidas pela relação direta entre trabalho e a consequente renda salarial, que direcionam o indivíduo a uma inclusão e permanência em um determinado grupo social.

Denota-se que, nesse sistema, a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho depende das condições financeiras de sua família de origem e das oportunidades que essas condições dão acesso. A partir dessas oportunidades, sejam elas profissionais ou educacionais, haverá ou não mobilidade social do indivíduo e sua família no tocante aos lugares que ocupam na estratificação social.

É importante salientar que a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro ocorre de maneira diferenciada, o que implica, por sua vez, no recebimento de rendimentos distintos e, portanto, no acesso desigual ao mercado de bens e serviços. Investigar as desigualdades no mercado de trabalho torna-se, dessa forma, uma importante fonte de compreensão das desigualdades sociais (BRASIL, 2013, p. 140).

A partir de estudo realizado no ano de 2012 pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) do Governo Federal objetivando a identificação e delimitação das classes sociais no Brasil, foram definidos oito estratos socioeconômicos. São eles: os extremamente pobres; os pobres, mas não extremamente pobres; os vulneráveis; a baixa classe média; a média classe média; a alta classe média; a baixa classe alta e, a alta classe alta. Segundo o estudo, a maioria da população brasileira pertence à classe média, sendo formada pelo grupo composto por famílias com renda per capita entre R\$ 291 e R\$ 1.019, perfazendo um universo representativo de 54% da população do país. De acordo com o estudo, a nova classe média foi delimitada entre a baixa classe média, com renda per capita entre R\$ 291 a R\$ 441; classe média, com renda entre R\$ 441 a R\$ 641; e classe média alta, com rendimentos entre R\$ R\$ 641 a R\$ 1.019 (PEDROSO, 2012).

Já a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP)<sup>2</sup>, conforme se vê em seu site, propõe um critério econômico, denominado Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), que estima o poder de compra de pessoas e famílias urbanas. A ABEP não trata de classes sociais e sim classes econômicas. Em 2013, a associação divulgou dados de classes e renda média bruta familiar, que foram baseados em informações de 2011. Nele constam seis classes: A, B1, B2, C1, C2, DE, cuja renda média vai de R\$776,00 para a classe DE até R\$9.263,00 da classe A. A ABEP pretende adotar a partir do ano de 2014, um novo critério para a definição de classes econômicas, que, ao contrário do utilizado pela SAE, estipula sete estratos, os quais para a sua definição consideram a composição familiar e a região de domicílio. Tais critérios são vistos como fatores fundamentais para determinar o padrão de vida do indivíduo, ou seja, com uma determinada renda familiar é possível manter padrões de vida diferentes, dependendo do número de indivíduos na família e da região em que se vive (GASPARIN, 2013).

Constata-se, como já havia sido dito anteriormente, que são variáveis os critérios usados para definição e estabelecimento de posições ou classes no meio social. Todavia, inúmeros textos pesquisados dão conta de que, entre 2002 e 2011, houve uma redução da

---

<sup>2</sup> ABEP. Critério de Classificação Econômica Brasil 2014 – Base LSE 2012. Disponível em <[www.abep.org/new/criterioBrasil.aspx](http://www.abep.org/new/criterioBrasil.aspx)>. Acesso em: 22Out. 2014.

pobreza no país, levando os indivíduos atingidos a migrarem de classe social, integrando o que alguns chamam de “a nova classe média.” Essa inclusão em uma nova classe social, todavia, afirmam estudiosos, não permitiu o pleno acesso a bens e serviços por parte dos novos migrantes, o que ainda se dá forma precária<sup>3</sup>.

Atualmente a sociedade brasileira lida com mudanças na constituição do perfil socioeconômico da sua população. Antes, as divisões pareciam mais simples: classe baixa, média e alta. Na medida em que a sociedade se torna mais complexa, novas estratificações são necessárias para agrupar semelhantes e distinguir diferenças. Essas mudanças impactam nas pessoas e na forma como vêm uns aos outros e a si próprios no ambiente social.

## **2.3 Preconceito e classes sociais**

### **2.3.1 Segundo Darcy Ribeiro**

Em *O Povo Brasileiro*, Darcy Ribeiro (1995) explica a origem do preconceito de classe no Brasil. Segundo ele, as relações de trabalho adotadas desde o período em que o Brasil foi colonizado pelos portugueses foram fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico da população brasileira e responsável pela segregação social que se instalou no país no período colonial e que permanece atualmente.

Com efeito, no Brasil, as classes ricas e as pobres se separam umas das outras por distâncias sociais e culturais quase tão grandes quanto as que medeiam entre povos distintos. [...] A estratificação social gerada historicamente tem também como característica a racionalidade resultante de sua montagem como negócio que a uns privilegia e enobrece, fazendo-os donos da vida, e aos demais subjuga e degrada, como objeto de enriquecimento alheio (RIBEIRO, 1995, p. 194).

---

<sup>3</sup> SAE. Origens e desafios da nova classe média brasileira. Disponível em: <[http://www.sae.gov.br/novaclassemidia/?page\\_id=58](http://www.sae.gov.br/novaclassemidia/?page_id=58)>. Acesso em 20Out. 2014.

Para desenvolvimento de sua obra, o autor entende o preconceito como resultado de “distâncias sociais e culturais” capazes de separar as pessoas que convivem em um mesmo local. No que se refere ao local, pode-se interpretar como sendo o espaço que o indivíduo ocupa na sociedade e desenvolve suas relações com outras pessoas, ou seja, onde mantém sua interação social e onde o próprio ambiente possibilita a comparação das pessoas entre si.

A partir da comparação social das disparidades existentes entre os cidadãos, associadas aos fatores históricos e culturais surgirão diferentes tipos de preconceito, inclusive o preconceito de classe social, ocasionando uma marginalização cultural entre os indivíduos (RIBEIRO, 1995). Este processo, relacionado ao conceito de classe social, é determinante para a segregação da sociedade. Resulta da diferenciação dos indivíduos em razão de seu pertencimento a classes distintas e de uma cultura advinda desde o período colonial que valoriza uma classe em detrimento de outra.

A divisão da sociedade no Brasil em classes sociais, conforme afirma Ribeiro (1995), foi imprescindível para a ocorrência do preconceito de classe. Existem diversos tipos de preconceito desenvolvidos em nossa cultura, mas o que está mais enraizado é o preconceito social:

Apesar da associação da pobreza com a negritude, as diferenças profundas que separam e opõem os brasileiros em extratos flagrantemente contrastantes são de natureza social. [...] mais do que preconceitos de raça ou de cor, têm os brasileiros arraigado preconceito de classe (RIBEIRO, 1995, p. 215-216).

Assim, a marginalização cultural é decorrente da atribuição de características negativas a pessoas que pertencem às classes sociais mais baixas, estando associada diretamente ao poder aquisitivo das pessoas, à distribuição da renda na sociedade. A renda é tida como a principal causa para a existência do preconceito de classe social que, mesmo com o decurso do tempo, ainda persiste culturalmente influenciando na relação entre as pessoas.

Em face dessa realidade, Darcy Ribeiro cita que “a distância social mais espantosa do Brasil é a que separa e opõe os pobres dos ricos” (RIBEIRO, 1995, p. 202). Deste modo, entende-se que preconceito de classe social é essa propensão não consciente historicamente constituída de se olhar de modo enviesado e negativo para todos aqueles

que demonstrem – pelos sinais de seu poder aquisitivo –, pertencimento a outra classe ou estrato social diferente do nosso.

### 2.3.2 Segundo a Psicologia

A manifestação do comportamento humano é fator determinante para a formação cultural de uma sociedade e decorre da interação social entre os indivíduos e da dependência que estes possuem entre si para o desenvolvimento das mais variadas atividades sociais.

O ser humano inserido em um grupo social desenvolve uma visão sobre tudo o que está à sua volta e que faz parte de sua realidade. Essa visão é determinada pela forma como o indivíduo percebe a realidade que, por sua vez, depende de suas emoções, de condições nem sempre totalmente conscientes, de valores e ideias presentes naquele ambiente. A impressão que este indivíduo tem sobre os demais e como ele os enxerga na sociedade é a sua percepção social (BOCK et al., 2002).

A percepção do outro em um grupo social e de como cada pessoa manifesta suas características e personalidade permite ao indivíduo obter informações, assimilar seus conhecimentos e compreender as diversidades existentes entre os membros deste grupo. A partir daí, cada um desenvolve atitudes que serão baseadas nas crenças e valores, e que, em conjunto com outros indivíduos com atitudes semelhantes, irão desenvolver um padrão comportamental (BOCK et al., 2002).

Desde cedo em sua vida, o indivíduo é influenciado pelas crenças, valores e costumes do grupo a que pertence. Tal condição determina sua personalidade, a percepção que terá dos outros e a percepção que os outros terão dele.

A renda e o nível de escolaridade do indivíduo estão diretamente relacionados com o seu padrão de vida e estabelecem a classe social a que este indivíduo pertence, determinando também as características pessoais e hábitos comportamentais diante da sociedade. Deste modo, depois de inserido em uma classe, o indivíduo sofre a influência deste grupo social, que influenciam sua personalidade e comportamento de acordo com os hábitos da maioria deste grupo.

Na obra *Psicologias*, Bock et al. (2002) conceituam estigma:

O estigma refere-se às marcas – atributos sociais que um indivíduo, grupo ou povo carregam e cujo valor pode ser negativo ou pejorativo. [...] atributos carregados de um valor negativo para a maioria das pessoas e determinam, para o indivíduo, um destino de exclusão ou a perspectiva de reivindicação social pelo direito de ser bem tratado e ter oportunidades iguais (BOCK et al., 2002, p. 209).

Segundo esse conceito, quando o indivíduo possui alguma característica que o diferencia dos demais do grupo a que pertence, possivelmente poderá ser tratado de forma negativa ou pejorativa por isto. Quando a simples presença de um estigma em um indivíduo pode levá-lo a ser discriminado, independentemente de suas características pessoais, estamos diante da manifestação de um preconceito. O preconceito se traduz na dificuldade de relacionamento da sociedade com outros indivíduos que apresentam diferenças quanto às suas características, valores e crenças.

A dificuldade que o indivíduo tem em aceitar o que lhe é diferente, estranho às suas características, pode ser explicada pela existência de um estereótipo em relação àquilo que é diferente. O estereótipo é a padronização de características compartilhadas por um determinado grupo, mas que se baseia na ausência de conhecimento sobre aquilo visto como estranho. Deste modo, quando não se conhece algo, um indivíduo tende a confiar nos estereótipos do grupo a que ele pertence. É indiscutível que esta atitude pode incorrer na manifestação de preconceito.

De acordo com José Leon Crochík, “aquilo que leva o indivíduo a ser ou não ser preconceituoso pode ser encontrado no seu processo de socialização, no qual se transforma e se forma como indivíduo” (CROCHÍK, 1997, p. 13). Deste modo, o processo de socialização e suas variáveis histórico-culturais são determinantes para a formação da personalidade do indivíduo e conseqüente manifestação do preconceito, ou seja, o indivíduo não nasce preconceituoso, mas o incorpora de acordo com o desenvolvimento de sua personalidade dentro do grupo a que pertence.

Ao viver em sociedade, o indivíduo tem a oportunidade de avaliar a si mesmo e avaliar o próximo simultaneamente. Esta percepção, juntamente com suas emoções, experiências vividas e conceitos formados anteriormente, irá contribuir sobremaneira para a manifestação do preconceito.

Assim, Crochík (1997, p. 34) define preconceito como “uma generalização com base em experiências incompletas que permite não ter de repensar as situações similares àquelas já vividas”. Ainda segundo o autor (1997, p. 34), citando Jahoda e Ackerman (1969), o preconceito é “um pré-julgamento que predispõe o indivíduo a ter atitudes frente ao objeto em questão, e esse pré-julgamento, por sua vez, é determinado pela relação entre o indivíduo e aquilo que a cultura lhe oferece para se expressar e ser expressado por ele”.

## **2.4 Policial militar e preconceito**

O policial militar é um cidadão membro da sociedade e, simultaneamente, atua como mediador de conflitos decorrentes das relações sociais. Nestes conflitos, esse profissional é encarregado de garantir a aplicação da lei e manter a ordem pública (MINAS GERAIS, 2013).

Como qualquer indivíduo, o policial militar possui uma formação cultural e está sujeito às influências sociais. Antes de sua inclusão na organização, o policial teve sua personalidade moldada de acordo com os costumes do grupo social a que pertenceu, sendo sua conduta influenciada pela sua história.

Após o ingresso na Polícia Militar, o policial é treinado para trabalhar de acordo com as normas que regem a filosofia da organização. Leis, regulamentos e normas direcionam os procedimentos a serem adotados na conduta do policial diante de uma intervenção em um evento de defesa social.

Como um indivíduo suscetível às interferências sociais, o policial também está sujeito a apresentar parcialidade na sua conduta profissional, com a possibilidade de ser influenciado, mesmo sem perceber, por estereótipos e preconceitos que estão enraizados em sua personalidade.

De acordo com o Manual Técnico-Profissional n. 3.04.02/2013-CG da Polícia Militar de Minas Gerais:

[...] o policial militar deve refletir sobre seu papel na sociedade e a melhor maneira de executar o seu trabalho. Ele deve se reconhecer como

integrante da comunidade que exerce um papel diferenciado por sua qualificação, profissionalização e atributos policiais militares continuamente desenvolvidos a pautar sua conduta operacional (MINAS GERAIS, 2013, p. 16).

Entretanto, durante o atendimento à sociedade em eventos de defesa social, existe a possibilidade de que o policial militar adote uma conduta parcial de acordo com a influência dos seus costumes, externando uma atitude baseada em preconceitos e estereótipos enraizados na cultura social.

A atuação policial é vivenciada por todos os cidadãos diariamente em variadas situações e, em toda intervenção, o primeiro contato do policial com o cidadão é dado pela abordagem a pessoas:

A abordagem a pessoas envolve um conjunto ordenado de ações policiais para se aproximar de um ou mais indivíduos, com o intuito de resolver demandas do policiamento ostensivo. Este conceito possui um sentido amplo, ou seja, abrange a todos os cidadãos, não se restringindo às pessoas em situação de suspeição (MINAS GERAIS, 2013, p. 15).

Deste modo, percebe-se que as ações da Polícia Militar estão direcionadas a todos os tipos de público, sem distinção entre os indivíduos e suas diferenças sociais. Ocorre que, devido às diferenças sociais, é necessária a adoção de medidas diferenciadas de acordo com a realidade social do indivíduo a ser atendido, e, por isso, o policial deverá adequar sua intervenção de acordo com o público-alvo, estando o indivíduo em atitude suspeita ou não (MINAS GERAIS, 2013).

Evidenciada a necessidade de adequação da conduta do policial militar diante das diferenças sociais apresentadas pelos indivíduos, esta não deve ser confundida com a manifestação de preconceitos em atitudes discriminatórias. Ocorre que, com o passar do tempo, o policial militar pode ser influenciado a atribuir a autoria da prática de crimes a indivíduos com características pré-definidas com base em estereótipos e preconceitos sociais, associando ao criminoso algumas características como ser negro, pobre e jovem (MENDES, 2012).

De acordo com Mendes (2012), a atuação dos policiais militares é diferenciada de acordo com a classe social a que o indivíduo pertence, onde é perceptível a disparidade na

abordagem de pessoas e tipo de atendimento que o indivíduo recebe nos aglomerados e em regiões nobres.

De acordo com o Manual Técnico-Profissional n. 3.04.02/2013-CG:

Os procedimentos adotados pela guarnição variam de acordo com os fatos motivadores da abordagem e com o ambiente. Além disso, o policial militar deve compreender as peculiaridades daquele com quem interage e não vincular essa interação, necessariamente, a ações delituosas (MINAS GERAIS, 2013, p. 65).

Em 2011, moradores do bairro Higienópolis em São Paulo manifestaram-se contra a construção de uma estação de metrô na localidade alegando que aumentaria a circulação de pessoas “estranhas” nas proximidades, o que colocaria em risco a segurança local (RIBEIRO, 2013). O fato ocorrido nesta localidade pôs em evidência uma atitude preconceituosa dos indivíduos daquele bairro em relação aos futuros transeuntes, vistos como de classe diferente dos primeiros e por isso, vistos estranhos, ameaçadores.

É possível a existência do preconceito de classe social tanto nos membros pertencentes à sociedade quanto nos policiais militares. Contudo, o policial militar ao intervir em um evento de defesa social deve observar para não adotar uma conduta parcial e dispensar, mesmo que involuntariamente, um tratamento diferenciado a um indivíduo simplesmente por este aparentar ser pobre ou pertencer a uma classe social inferior ou o contrário.

### 3 METODOLOGIA

Com a finalidade de compreender satisfatoriamente o objeto deste estudo e para que a hipótese apresentada seja verificada, esta pesquisa foi delineada através de uma série de atividades que partem da análise bibliográfica referente aos conceitos de preconceito, estereótipo e classes sociais, da análise da formação histórica e cultural da sociedade brasileira e da análise de normas institucionais que regulamentam a atuação dos policiais militares.

Logo após foi realizado o fichamento de toda a bibliografia estudada na elaboração da pesquisa com o objetivo de fundamentar e respaldar os conceitos definidos.

Em um segundo momento, foi realizada uma pesquisa exploratória a partir da aplicação de questionário aos policiais militares que trabalham na área da cidade de Belo Horizonte, pertencentes a Unidades da Polícia Militar de Minas Gerais.

Para a confecção do questionário foi utilizada a escala Likert<sup>4</sup> como base. Trata-se de escala de avaliação utilizada para medir atitudes ou comportamentos com o uso de opções de respostas que variam de um extremo a outro e que permitem descobrir níveis de opinião acerca do tema tratado. As respostas do questionário foram combinadas em categorias, possibilitando alcançar um diagnóstico estruturado em indicadores de avaliação, os quais foram analisados de acordo com as respostas mais frequentes, dispostas em gráficos percentuais.

Os questionários usualmente são elaborados com cinco níveis de respostas, contudo foram usados em dez questões quatro níveis e em uma, seis níveis, forçando um posicionamento do entrevistado, uma vez que não foi utilizada uma opção central.

---

<sup>4</sup> SURVEYMONKEY. A escala de Likert explicada. Disponível em: <<https://pt.surveymonkey.com/mp/likert-scale/>>. Acesso em 23Jul.2014, 16:23:59. ESCALA LIKERT. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Escala\\_Likert](http://pt.wikipedia.org/wiki/Escala_Likert)>. Acesso em: 20Out. 2014, 15:27:02. VIEGA, Sara. Como utilizar a escala de Likert em análise estatística. Disponível em: <<http://educacao.umcomo.com.br/articulo/como-utilizar-a-escala-de-likert-em-analise-estatistica-402.html>>. Acesso em: 20Out. 2014, 16:05:23.

Para definição da amostra a ser aplicado o questionário, tomou-se como universo o efetivo divulgado à imprensa<sup>5</sup> pela Polícia Militar de Minas Gerais, relativo ao mês de maio de 2014, na cidade de Belo Horizonte. Na ocasião, estava lotado nesta cidade um total de 8.521 policiais militares, divididos nas áreas de atuação operacional e administrativa. Os policiais militares que trabalham na administração (atividade-meio) pertencem às Diretorias e Centros da PMMG localizados em Belo Horizonte e, *a priori*, não trabalham diariamente na atividade operacional. Esses profissionais são comumente empregados em eventos na Região Metropolitana de Belo Horizonte em escalas de serviços extras apoiando as Unidades operacionais. Este emprego é de fundamental importância para o contato do policial com o cidadão e para avaliarmos a percepção sobre o objeto do estudo.

Tendo por base o efetivo citado como o universo da pesquisa para a definição da amostra de policiais que responderiam ao questionário, foi aplicada a fórmula de Stevenson (1981), seguinte:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}{(N-1) \cdot e^2 + Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}, \text{ onde}$$

$n$  = tamanho da amostra que queremos calcular;

$N$  = tamanho do universo ou população (8.521 policiais militares);

$Z$  = desvio do valor médio aceitável para alcançar o nível de confiança desejado (valor de 1,645, considerando-se um nível de confiança de 90%);

$p$  = proporção da ocorrência das respostas do questionário aplicado (utiliza-se o valor de 0,5, que permite a maior amostra);

$e$  = margem de erro máximo admitido (6%, que aplica-se 0,06).

---

<sup>5</sup> MINAS, Agência. Na copa, quase três mil militares vão atuar em BH. 27Mai. 2014. Disponível em: <[www.brasil247.com/pt/247/minas247/141346/Na-Copa-quase-três-mil-militares-vão-atuar-em-BH.htm](http://www.brasil247.com/pt/247/minas247/141346/Na-Copa-quase-três-mil-militares-vão-atuar-em-BH.htm)>. Acesso em: 30Jul. 2014, 10:43:10.

Então,

$$n = \frac{8521 \cdot 1,645^2 \cdot 0,5 \cdot (1 - 0,5)}{(8521 - 1) \cdot 0,06^2 + 1,645^2 \cdot 0,5 \cdot (1 - 0,5)} = 184.$$

O universo estabelecido é de 8.521 policiais militares. Foi adotado o nível de confiança de 90% por ser um dos valores mais frequentemente utilizados em pesquisas, sendo o valor de Z determinado em função deste percentual pela distribuição de Gauss em 1,645 (PICOTÉZ, 2013). Para fins da pesquisa, foi estabelecido o erro amostral de 6% e o valor de p considerado igual a 0,50.

De acordo com os dados e aplicando-se a fórmula de Stevenson, obter-se-á a quantidade de 184 policiais militares a serem entrevistados através do questionário.

O questionário foi aplicado a policiais militares pertencentes às seguintes Unidades da PMMG: 1º Batalhão da Polícia Militar, 5º Batalhão da Polícia Militar, 34º Batalhão da Polícia Militar, Batalhão ROTAM e Batalhão de Rádio Patrulhamento Aéreo, cujos policiais estavam assumindo o serviço para o emprego na atividade operacional. Foram entrevistados também policiais pertencentes a Diretorias e Centros da PMMG, que integram o Batalhão Metrôpole, responsável pela gestão operacional do efetivo administrativo das Unidades Administrativas sediadas na Cidade de Belo Horizonte (MINAS GERAIS, 2010). A seleção ocorreu de forma aleatória, dentre os policiais que estavam assumindo o serviço para o emprego na atividade operacional.

Os dados dos questionários aplicados aos 184 policiais militares foram tratados em planilha do Excel e estudados no programa IBM SPSS Statistics.

O método adotado possibilitou o alcance de resultados satisfatórios para o estudo do problema objeto desta pesquisa. A combinação das percepções dos policiais militares quanto à existência de preconceito de classe social na atuação policial com o estabelecimento de indicadores foi fundamental para o alcance do objetivo planejado.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA

O conhecimento adquirido através do referencial teórico evidenciado neste trabalho serviu de estrutura para a elaboração da pesquisa de campo, por meio da qual foram coletados dados que nos permitiram analisar a hipótese inicial.

É importante reiterar que para cada pergunta do questionário foram apresentadas opções de respostas em níveis de avaliação.

### 4.1 Perfil dos entrevistados

O questionário foi aplicado a 184 policiais militares, sendo 163 do sexo masculino e 21 do sexo feminino, correspondendo a 89% e 11%, respectivamente. Dos entrevistados, 11 policiais tinham entre 18 e 25 anos de idade; 37 entre 26 a 30 anos de idade; 43 entre 31 a 35 anos de idade; 34 entre 36 a 40 anos de idade e 59 tinham acima de 41 anos de idade.

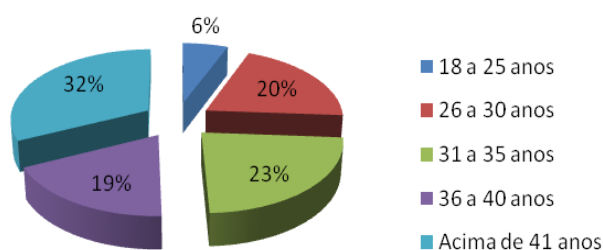


Gráfico 1 – Distribuição percentual dos policiais militares entrevistados, segundo a Idade. PMMG. Belo Horizonte. Agosto 2014.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Diferentemente da população brasileira que segundo o IBGE se considera em sua maioria de cor branca, os policiais militares da pesquisa se declararam em sua maioria de cor parda, seguidos pelas cores branca e preta. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra

de Domicílios (Pnad 2012)<sup>6</sup> mostram que apenas 7,9% do total dos pesquisados menciona a cor preta enquanto que na pesquisa em questão esse percentual sobe para 18%.

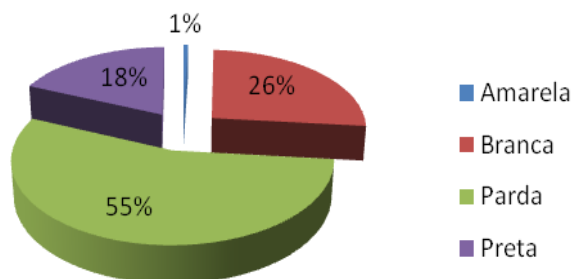


Gráfico 2 – Distribuição percentual dos policiais militares entrevistados, segundo a Cor. PMMG. Belo Horizonte. Agosto 2014.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Dos policiais entrevistados, 40% possuíam o Ensino Médio completo, 31% possuíam Ensino Superior completo ou Especialização, 23% possuíam Ensino Superior incompleto e 6% possuíam o Ensino Fundamental completo. Esse resultado mostra que o perfil dos entrevistados é de pessoas mais escolarizadas, posto que sua maioria possui ensino superior mesmo que incompleto.

Escolaridade	Quantidade	Porcentagem
Ens. Fundamental completo	11	6
Ens. Médio	73	40
Ens. Superior incompleto	43	23
Ens. Superior completo / Especialização	57	31
Total	184	100,0

Tabela 1 – Distribuição percentual dos policiais militares entrevistados, segundo a Escolaridade. PMMG. Belo Horizonte. Agosto 2014.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

<sup>6</sup> JUNIOR, Cirilo. IBGE: maior parte dos brasileiros se declara de cor branca. 27Set. 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/ibge-maior-parte-dos-brasileiros-se-declara-de-cor-branca,73f85885bc061410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 24Set. 2014, 14:03:57.

Em relação ao tempo de efetivo serviço na PMMG, a amostra de entrevistados foi composta em sua maioria por policiais com 11 anos ou mais de serviço na Instituição, sendo 29 policiais militares com 11 a 15 anos de serviço, 19 policiais militares com 16 a 20 anos de serviço e 61 policiais militares com mais de 21 anos de serviço, totalizando 109 policiais ou 59% da amostra. 41% da amostra foram constituídas por policiais militares com o máximo de 10 anos de serviço na PMMG.

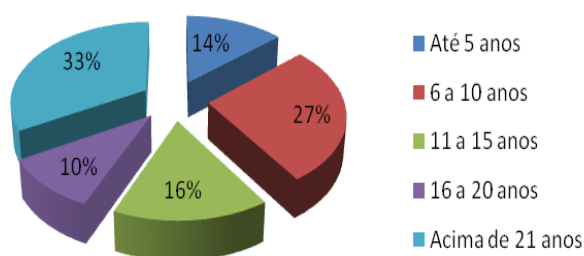


Gráfico 3 – Distribuição percentual dos policiais militares entrevistados, segundo o Tempo de Serviço. PMMG. Belo Horizonte. Agosto 2014.  
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Os entrevistados foram selecionados aleatoriamente, entretanto, conseguiu abranger todos os postos e graduações existentes na PMMG. Assim, responderam ao questionário um Coronel/Tenente-Coronel, quatro Majores/Capitães, dez Tenentes, oitenta e sete Subtenentes/Sargentos e oitenta e dois Cabos/Soldados.

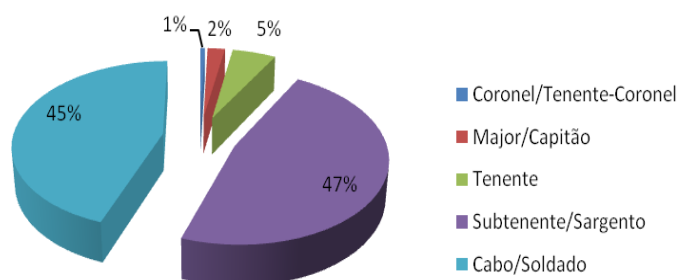


Gráfico 4 – Distribuição percentual dos policiais militares entrevistados, segundo Posto/Graduação. PMMG. Belo Horizonte. Agosto 2014.  
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Finalizando o perfil dos policiais militares da amostra, temos que o estado civil da maioria (67%) era casado, também a maioria assinalou receber entre 5 a 20 salários mínimos, totalizando 69% da amostra.

Verifica-se então, que a maioria dos policiais militares entrevistados é composta por: homens; de cor parda; com idade superior a 41 anos de idade; de escolaridade de nível superior, mesmo que incompleto; com mais de 11 de serviço na PMMG; praças (Subtenentes, Sargentos, Cabos e Soldados); casados e com faixa salarial entre 5 a 20 salários mínimos.

## 4.2 Indicadores da percepção dos entrevistados

4.2.1 Relação entre o local em que o cidadão se encontra e a motivação para a abordagem policial.

Segundo dados da pesquisa, 87% dos entrevistados (161 policiais militares) concordaram, mesmo que parcialmente, que o local em que o cidadão se encontra é determinante para o processo de suspeição policial e motivador da sua abordagem. Ressalta-se que apenas 4% dos entrevistados discordaram totalmente desta questão.

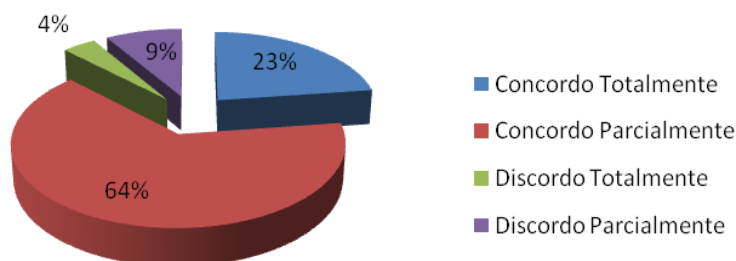


Gráfico 5 – Opinião dos entrevistados sobre a relação entre o local em que o cidadão se encontra e a motivação para a abordagem policial. PMMG. Belo Horizonte. Agosto 2014.  
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

#### 4.2.2 Relação entre a má aparência do cidadão e a chance de ser abordado por policiais.

De acordo com os dados da pesquisa, a maioria dos entrevistados (64% ou 118 policiais militares) concorda parcial ou totalmente que os indivíduos que possuem uma má aparência têm uma chance maior de serem abordados pelos policiais. Apenas 21% dos entrevistados (39 policiais militares) discordam totalmente com a afirmação de que a má aparência do indivíduo contribua para a abordagem policial.

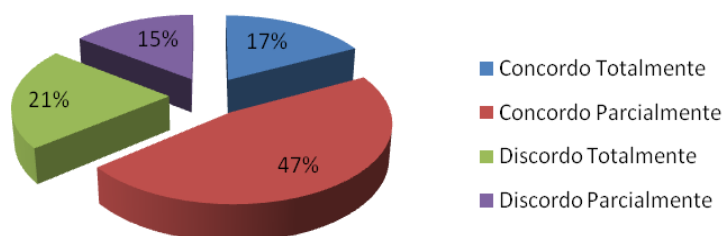


Gráfico 6 – Opinião dos entrevistados sobre a relação entre a má aparência do cidadão e a chance de ser abordado por policiais. PMMG. Belo Horizonte. Agosto 2014.  
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

#### 4.2.3 Relação entre a aparência de pobreza do indivíduo e a frequência de abordagem pela polícia militar.

Segundo os dados da pesquisa, a maioria dos entrevistados (54% da amostra ou 99 policiais militares), mesmo que parcialmente, concorda que os indivíduos que aparentam ser pobres tendem a ser mais frequentemente abordados. 19% discordaram parcialmente com a afirmação de que indivíduos que aparentam ser pobres tendem a ser mais frequentemente abordados. Por outro lado, 27% dos entrevistados (49 policiais militares) discordaram totalmente da afirmação, indicando que o fato de um indivíduo parecer pobre não influencia na motivação da abordagem. Constata-se que a pergunta dividiu o grupo, pois 54% da amostra concorda e 46% não concorda com a afirmação.

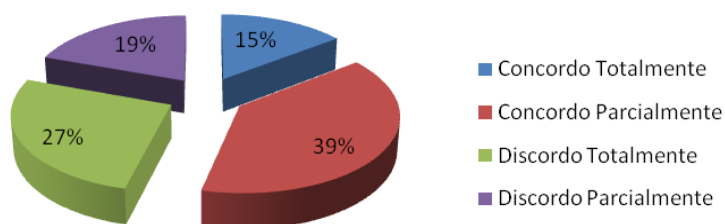


Gráfico 7 – Opinião dos entrevistados sobre a relação entre a aparência de pobreza do indivíduo e a tendência a ser mais frequentemente abordados por policiais. PMMG. Belo Horizonte. Agosto 2014.  
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

#### 4.2.4 Relação entre a aparência de se ter uma boa condição financeira e a suspeição de cometimento de um crime.

Na pesquisa, 53% dos entrevistados (97 policiais militares) responderam que discordam parcial ou totalmente que um cidadão que aparenta uma boa condição financeira deixa de ser visto como possível suspeito do cometimento de um crime. Segundo 10% dos entrevistados, o que corresponde a 18 policiais militares, a aparência de uma boa condição financeira é motivo para os policiais deixarem de suspeitar do cidadão quanto ao cometimento de um crime.

Opções de resposta	Quantidade	Porcentagem
Concordo Totalmente	18	10
Concordo Parcialmente	69	37
Discordo Totalmente	53	29
Discordo Parcialmente	44	24
Total	184	100,0

Tabela 2 – Opinião dos entrevistados sobre a relação entre a aparência de se ter uma boa condição financeira e a suspeição de cometimento de um crime. PMMG. Belo Horizonte. Agosto 2014.  
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

#### 4.2.5 Relação entre o pertencimento a classes sociais distintas e a conduta do policial na abordagem.

Para 62% dos entrevistados (114 policiais militares) é uma verdade parcial ou total a afirmação de que a conduta do policial é diferenciada na abordagem a pessoas que aparentam pertencer a classes sociais distintas. Discordaram dessa afirmação 38% dos policiais militares entrevistados na pesquisa.

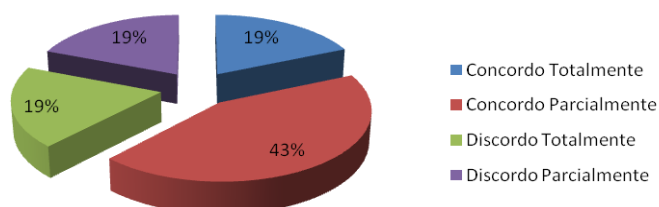


Gráfico 8 – Opinião dos entrevistados sobre a relação entre o pertencimento a classes sociais distintas e a conduta diferenciada do policial na abordagem. PMMG. Belo Horizonte. Agosto 2014.  
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

#### 4.2.6 A manifestação de preconceito durante o atendimento a ocorrências policiais envolvendo pessoas das classes sociais mais baixas.

De acordo com os dados da pesquisa, 55% dos entrevistados (101 policiais militares) concordaram, mesmo que parcialmente, que alguns policiais militares ainda manifestam preconceito durante o atendimento a ocorrências e abordagens envolvendo pessoas das classes sociais mais baixas, resultando em um tratamento desigual a cada cidadão, sendo a renda o fator diferenciador. Neste aspecto, 26% dos entrevistados (48 policiais militares) discordaram totalmente desta análise e acreditam que não há manifestação de preconceito dos policiais militares com pessoas que pertencem a classes sociais mais baixas.

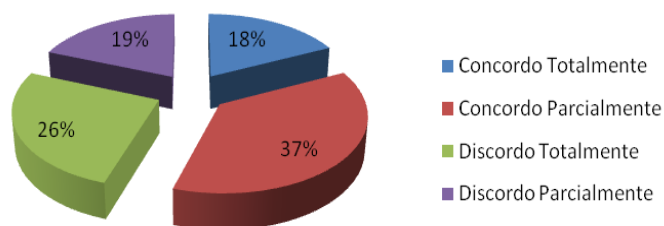


Gráfico 9 – Opinião dos entrevistados sobre a manifestação de preconceito durante o atendimento a ocorrências policiais envolvendo pessoas das classes sociais mais baixas. PMMG. Belo Horizonte. Agosto 2014.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

4.2.7 A influência da situação econômico-financeira de um bairro ou região para a disponibilização e emprego, por parte da Organização, da quantidade de policiais empregados na localidade.

Segundo os dados da pesquisa, 69% dos entrevistados (127 policiais militares) concordaram, mesmo que parcialmente, que a situação econômico-financeira de um bairro ou região é determinante para a quantidade de policiais militares disponibilizados e empregados pela Organização em uma localidade. Ainda, 13% dos entrevistados (24 policiais militares) discordaram totalmente com a influência deste indicador.

Opções de resposta	Quantidade	Porcentagem
Concordo Totalmente	56	30
Concordo Parcialmente	71	39
Discordo Totalmente	24	13
Discordo Parcialmente	33	18
Total	184	100,0

Tabela 3 – Opinião dos entrevistados sobre a influência da situação econômico-financeira de um bairro ou região para a disponibilização e emprego, por parte da Organização, da quantidade de policiais empregados na localidade. PMMG. Belo Horizonte. Agosto 2014.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

#### 4.2.8 Frequência com que os policiais militares associam a prática do crime a um indivíduo por este aparentar ser de uma classe social mais baixa.

De acordo com a pesquisa, 31% dos entrevistados (57 policiais militares) responderam que de cada 10 indivíduos que aparentam ser de uma classe social mais baixa, 5 são associados à prática do crime. Ressalta-se que 9% dos entrevistados (17 policiais militares) responderam que a prática do crime nunca é associada a um indivíduo por este aparentar ser de uma classe social mais baixa.

Entretanto, 3% dos entrevistados (06 policiais militares), responderam que de cada 10 indivíduos que aparentam ser de uma classe social mais baixa, todos os 10 são associados à prática do crime.

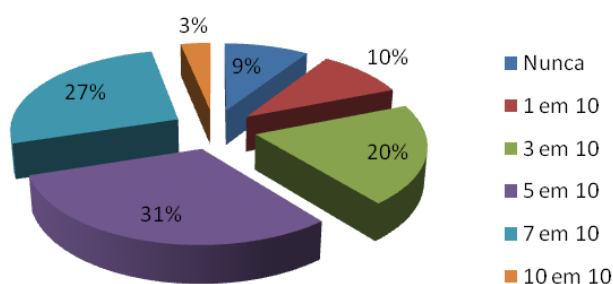


Gráfico 10 – Opinião dos entrevistados sobre a frequência com que os policiais militares associam a prática do crime a um indivíduo por este aparentar ser de uma classe social mais baixa. PMMG. Belo Horizonte. Agosto 2014.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

#### 4.2.9 Relação existente entre a condição socioeconômica de um cidadão e a possibilidade deste indivíduo ser um provável suspeito do cometimento de um crime.

Na questão que avaliou a relação da condição socioeconômica de um cidadão e a possibilidade deste ser um provável suspeito do cometimento de um crime, 39% dos entrevistados (71 policiais militares) disseram que a condição socioeconômica de um

cidadão é pouco importante para motivar a suspeição e 40% considerou ser importante a condição socioeconômica como fator de suspeição.

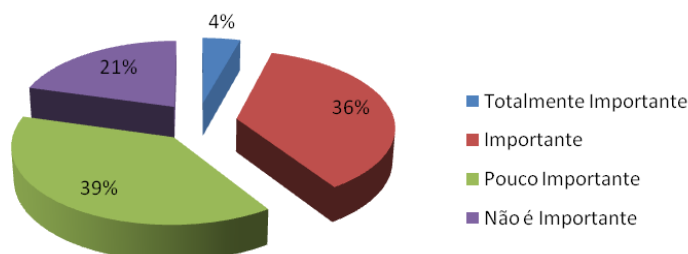


Gráfico 11 – Opinião dos entrevistados sobre a relação existente entre a condição sócio-econômica de um cidadão e a possibilidade deste indivíduo ser um provável suspeito do cometimento de um crime. PMMG. Belo Horizonte. Agosto 2014.  
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

4.2.10 A possibilidade de variar a abordagem e o atendimento de ocorrência em conformidade com a classe social a que o cidadão pertença.

Segundo os dados da pesquisa, 73% dos entrevistados, correspondendo a 134 policiais militares, discordaram totalmente de que a abordagem e o atendimento das ocorrências policiais militares devem variar conforme a classe social a que o cidadão pertence. Apenas 2% dos entrevistados (04 policiais militares) disseram que os policiais militares devem adotar uma conduta diferenciada, adequada de acordo com a classe social a que o indivíduo pertence.

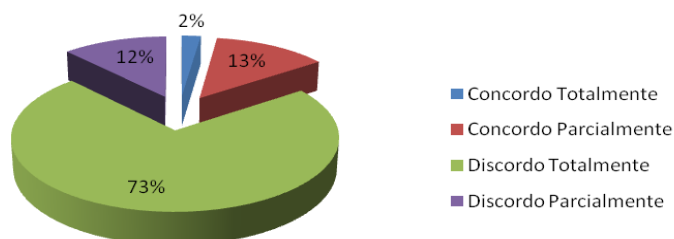


Gráfico 12 – Opinião dos entrevistados sobre a possibilidade de variar a abordagem e o atendimento de ocorrência em conformidade com a classe social a que o cidadão pertença. PMMG. Belo Horizonte. Agosto 2014.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

4.2.11 A possibilidade de adotar uma conduta policial diferenciada considerando a condição socioeconômica de um público alvo sem haver, necessariamente, a interferência de estereótipos e preconceitos durante a atuação.

De acordo com a pesquisa, 70% dos entrevistados (128 policiais militares) concordaram, mesmo que parcialmente, que é possível adotar uma conduta policial diferenciada considerando a condição socioeconômica de um público alvo sem haver, necessariamente, a interferência de estereótipos e preconceitos durante a atuação. Apenas 30% dos entrevistados (56 policiais militares) discordaram desta possibilidade. É importante enfatizar que 16% dos entrevistados (29 policiais militares) discordaram totalmente desta possibilidade.

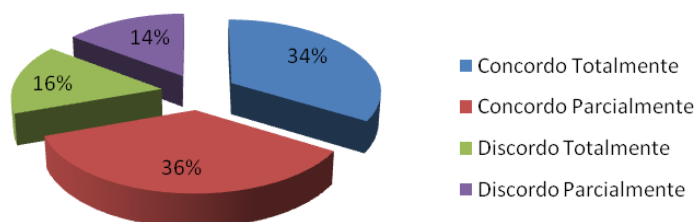


Gráfico 13 – Opinião dos entrevistados sobre a possibilidade de adotar uma conduta policial diferenciada considerando a condição socioeconômica de um público alvo sem haver, necessariamente, a interferência de estereótipos e preconceitos durante a atuação. PMMG. Belo Horizonte. Agosto 2014. Fonte: Dados da pesquisa de campo.

#### 4.3 Análise dos Indicadores

A partir da análise dos indicadores apresentados e de acordo com a percepção dos policiais militares entrevistados, o local é determinante tanto para motivar a abordagem policial, conforme indicador 4.2.1, quanto para determinar a quantidade de policiais militares empregados em uma região, conforme indicador 4.2.7.

Segundo o indicador 4.2.2, a maioria dos entrevistados concorda que o indivíduo que possui uma má aparência tem uma chance maior de ser abordado por policiais, bem como, de acordo com o indicador 4.2.3, a maioria dos entrevistados também concorda que o indivíduo que aparenta ser pobre tende a ser abordado por policiais com maior frequência.

Verifica-se assim que a conduta do policial militar quanto à abordagem policial pode ser influenciada pela aparência do cidadão.

Ao analisar o indicador 4.2.4, percebe-se que a maioria dos entrevistados discordou, mesmo que parcialmente, que um cidadão que aparenta possuir uma boa condição financeira deixa de ser visto como possível suspeito do cometimento de um crime, sendo ratificado posteriormente, no indicador 4.2.9, pela maioria dos entrevistados que a condição socioeconômica de um cidadão é pouco importante para motivar a suspeição quanto ao

provável cometimento de um crime. Cabe ressaltar que este indicador não está relacionado à aparência propriamente dita do cidadão.

Ainda de acordo com o indicador 4.2.4, apesar dos entrevistados entenderem que o cidadão que aparenta possuir uma boa condição financeira pode ser considerado como possível suspeito do cometimento de um crime como qualquer outro indivíduo, segundo o indicador 4.2.8, 61% dos entrevistados concordam que de cada dez indivíduos que aparentam ser de uma classe social mais baixa, pelo menos cinco são associados à prática do crime.

Ao estabelecer relação entre as análises dos indicadores 4.2.2 e 4.2.3, com indicadores 4.2.4 e 4.2.8 e com os indicadores 4.2.4 e 4.2.9, verifica-se que as respostas mostram-se incoerentes ou contraditórias. Constata-se que quando os policiais militares são abordados com frases que usam as expressões 'condição financeira ou socioeconômica', eles tendem a negar que tais condições influam em seu trabalho de identificar um cidadão quanto à prática de um crime. Contudo, quando são abordados com expressões do tipo 'má aparência ou aparência de pobre', tais policiais respondem que essas características são motivadoras da atuação quanto à abordagem policial, o que parece ratificar a hipótese desta pesquisa. O indicador 4.2.5 confirma as respostas dadas aos indicadores acima citados. Nele, a maioria dos entrevistados afirma que atualmente existe uma conduta policial diferenciada na abordagem a pessoas que aparentam pertencer a classes sociais distintas. Entretanto, no indicador 4.2.10, a maioria expressiva (73% dos entrevistados) discorda totalmente que deva existir esta conduta diferenciada de acordo com a classe social a que o cidadão pertença.

De acordo com os indicadores analisados, é possível verificar que os entrevistados percebem que a conduta do policial militar pode ser influenciada pela aparência do cidadão e que atualmente existe uma conduta policial diferenciada com pessoas que aparentam pertencer a classes sociais distintas, embora concordem expressivamente que a conduta do policial não deve se alterar de acordo com tais variáveis.

Ainda sob esta percepção e de acordo com os dados do indicador 4.2.11, a maioria dos entrevistados concordou, mesmo que parcialmente, que é possível adotar uma conduta policial diferenciada considerando a condição socioeconômica de um público alvo sem haver a interferência de estereótipos e preconceitos durante a atuação policial. Deste modo, este indicador está em consonância com as normas organizacionais da Polícia Militar de Minas Gerais apresentadas, no sentido de que o policial militar deve amoldar sua conduta de acordo com as peculiaridades do ambiente, fatos e da pessoa com quem interage. Há que

se ressaltar que o indicador em questão trata da possibilidade de se adotar tal conduta e não, necessariamente, da percepção dos entrevistados quanto ao que vivenciam diariamente em seus turnos de serviço.

Extrai-se da análise dos indicadores 4.2.2, 4.2.3, 4.2.5, 4.2.6 e 4.2.8 que a maioria dos entrevistados percebe e concorda, mesmo que parcialmente, que alguns policiais militares ainda manifestam preconceito durante o atendimento a ocorrências e abordagens policiais envolvendo pessoas das classes sociais mais baixas, considerando unicamente a renda como fator diferenciador dos cidadãos, resultando em um tratamento desigual dispensado a cada um. A partir desta análise, tem-se a evidência de que os policiais percebem a existência de preconceito de classe social na atuação policial.

#### **4.4 Indicadores de preconceito de classe social e perfil profissional dos entrevistados**

Decorrida a análise individual e comparativa entre os indicadores avaliados na pesquisa, faz-se necessário verificar o perfil profissional dos policiais militares entrevistados quanto à percepção nos indicadores que estão relacionados ao preconceito de classe social. Para esta análise, serão considerados o Posto ou Graduação dos entrevistados bem como o tempo de serviço na Organização.

De acordo com o indicador 4.2.2, a maioria dos entrevistados concordou que o indivíduo que possui uma má aparência tem uma chance maior de ser abordado por policiais. Assim, verificou-se que os entrevistados que ratificaram a predominância de respostas do indicador foram os policiais militares com 11 a 15 anos e superior a 21 anos de tempo de serviço.

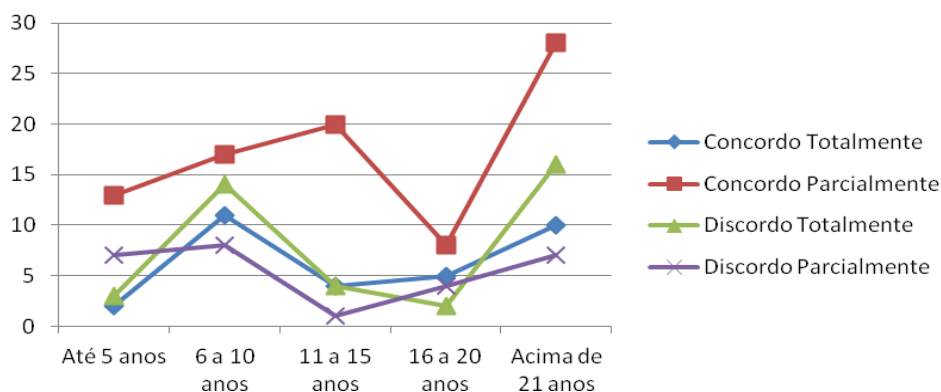


Gráfico 14 – Análise das respostas do indicador 4.2.2 segundo o Tempo de Serviço dos entrevistados. PMMG. Belo Horizonte. Agosto 2014.  
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Ainda de acordo com o indicador 4.2.2, verificou-se que os Subtenentes, Sargentos, Cabos e Soldados ratificaram a predominância de respostas do indicador.

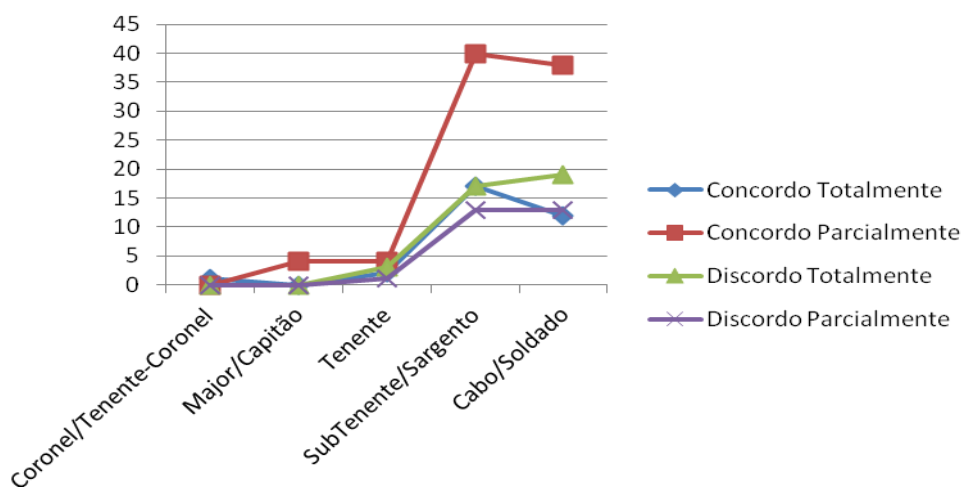


Gráfico 15 – Análise das respostas do indicador 4.2.2 segundo o Posto/Graduação dos entrevistados. PMMG. Belo Horizonte. Agosto 2014.  
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Segundo o indicador 4.2.3, a maioria dos entrevistados concordou que o indivíduo que aparenta ser pobre tende a ser abordado por policiais com maior frequência. Diante disso, verificou-se que os entrevistados que ratificaram a predominância de respostas do indicador foram os policiais militares com 6 a 10 anos e superior a 21 anos de serviço.

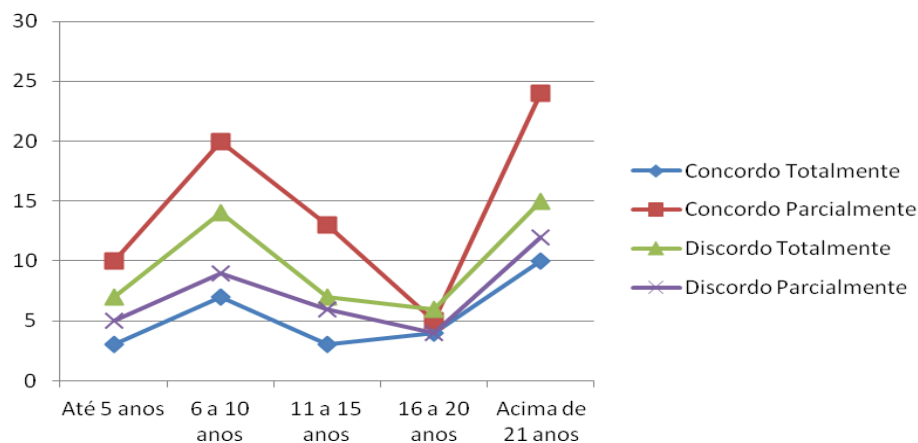


Gráfico 16 – Análise das respostas do indicador 4.2.3 segundo o Tempo de Serviço dos entrevistados. PMMG. Belo Horizonte. Agosto 2014.  
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Ainda de acordo com o indicador 4.2.3, verificou-se que os Subtenentes, Sargentos, Cabos e Soldados ratificaram a predominância de respostas do indicador.

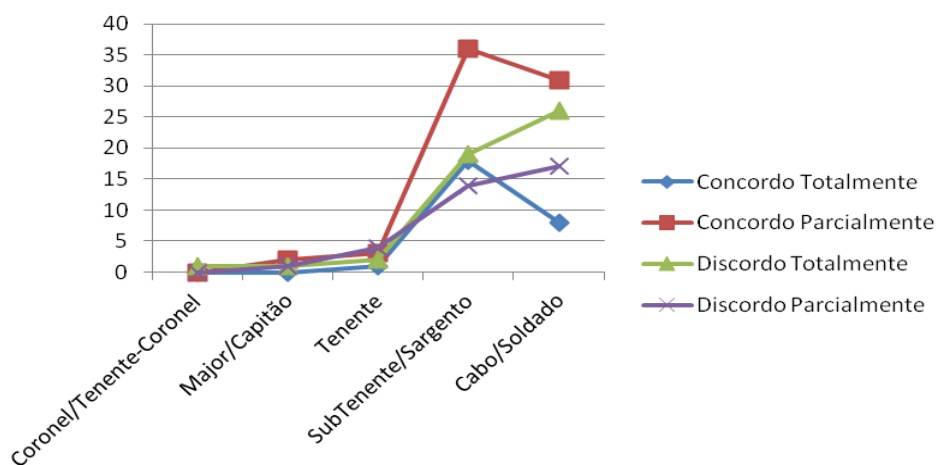


Gráfico 17 – Análise das respostas do indicador 4.2.3 segundo o Posto/Graduação dos entrevistados. PMMG. Belo Horizonte. Agosto 2014.  
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

De acordo com o indicador 4.2.5, a maioria dos entrevistados afirmou que atualmente existe uma conduta policial diferenciada na abordagem a pessoas que aparentam pertencer a classes sociais distintas. Deste modo, verificou-se que os entrevistados que ratificaram a predominância de respostas do indicador foram os policiais militares com 6 a 10 anos e superior a 21 anos de serviço.

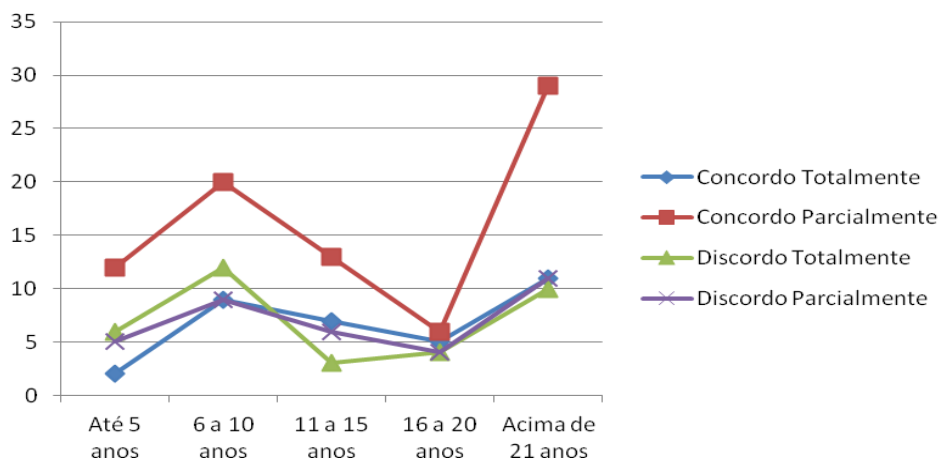


Gráfico 18 – Análise das respostas do indicador 4.2.5 segundo o Tempo de Serviço dos entrevistados. PMMG. Belo Horizonte. Agosto 2014.  
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Ainda de acordo com o indicador 4.2.5, verificou-se que os Subtenentes, Sargentos, Cabos e Soldados ratificaram a predominância de respostas do indicador.

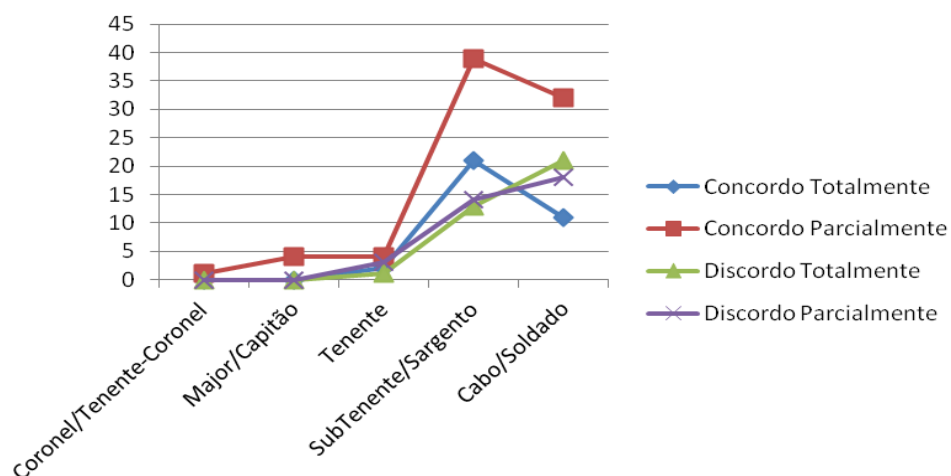


Gráfico 19 – Análise das respostas do indicador 4.2.5 segundo o Posto/Graduação dos entrevistados. PMMG. Belo Horizonte. Agosto 2014.  
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Segundo o indicador 4.2.6, a maioria dos entrevistados percebe e concorda, mesmo que parcialmente, que alguns policiais militares ainda manifestam preconceito durante o atendimento a ocorrências e abordagens policiais envolvendo pessoas das classes sociais mais baixas, considerando a renda como fator diferenciador dos cidadãos, resultando em

um tratamento desigual dispensado a cada um. Assim, verificou-se que os entrevistados que ratificaram a predominância de respostas do indicador foram os policiais militares com tempo de serviço superior a 21 anos.

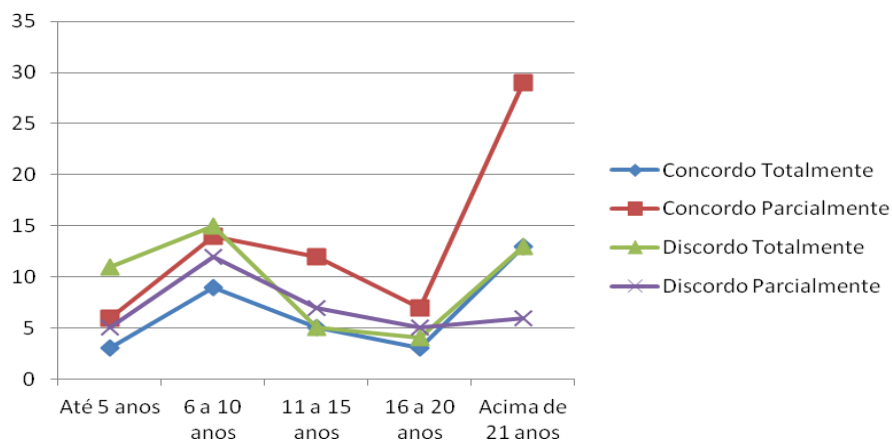


Gráfico 20 – Análise das respostas do indicador 4.2.6 segundo o Tempo de Serviço dos entrevistados. PMMG. Belo Horizonte. Agosto 2014.  
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Ainda de acordo com o indicador 4.2.6, verificou-se que os Subtenentes, Sargentos, Cabos e Soldados ratificaram a predominância de respostas do indicador.

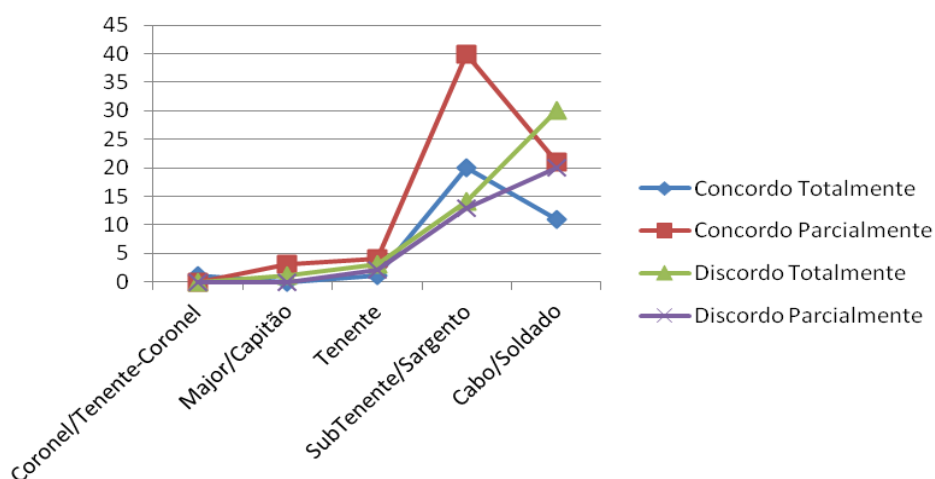


Gráfico 21 – Análise das respostas do indicador 4.2.6 segundo o Posto/Graduação dos entrevistados. PMMG. Belo Horizonte. Agosto 2014.  
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

De acordo com o indicador 4.2.8, 61% dos entrevistados disseram que de cada dez indivíduos que aparentam ser de uma classe social mais baixa, pelo menos cinco são associados à prática do crime. Assim, verificou-se que os entrevistados que ratificaram a predominância de respostas do indicador foram os policiais militares com tempo de serviço superior a 21 anos.

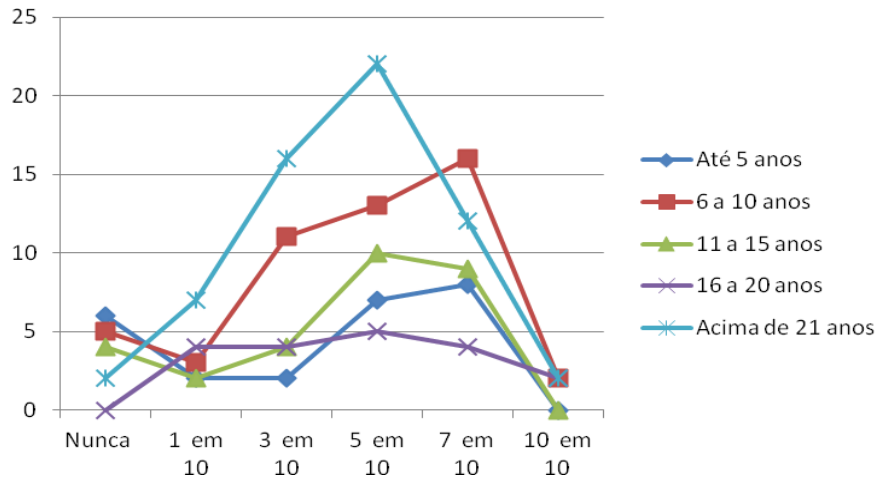


Gráfico 22 – Análise das respostas do indicador 4.2.8 segundo o Tempo de Serviço dos entrevistados. PMMG. Belo Horizonte. Agosto 2014. Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Ainda de acordo com o indicador 4.2.8, verificou-se que os Subtenentes e Sargentos ratificaram a predominância de respostas do indicador.

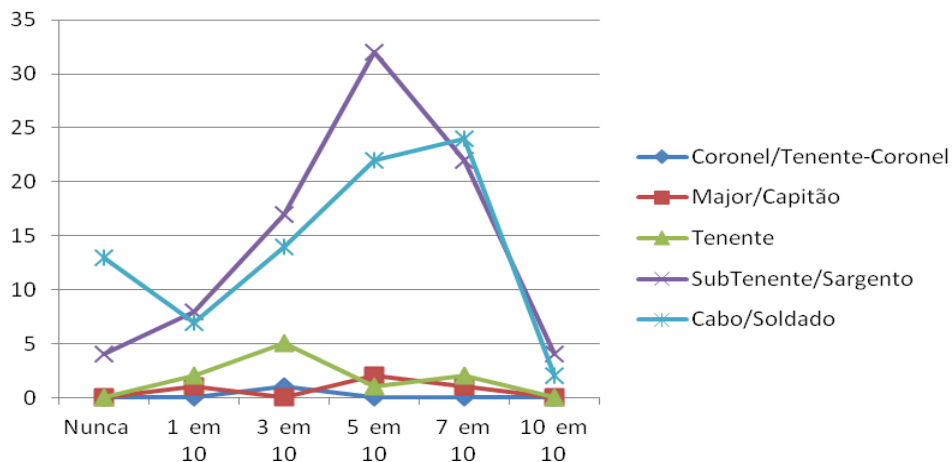


Gráfico 23 – Análise das respostas do indicador 4.2.8 segundo o Posto/Graduação dos entrevistados. PMMG. Belo Horizonte. Agosto 2014. Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Dado o exposto e de acordo com as conclusões logradas através da análise dos indicadores da pesquisa, quando se relacionam os dados relativos à existência de preconceito de classe social na atuação policial com o perfil profissional dos entrevistados, considerando a amostra da pesquisa, extrai-se que essa percepção é mais fortemente presente entre os policiais militares que possuem mais de 21 anos de serviço na Organização e mais frequente entre as graduações de Subtenentes e Sargentos, Cabos e Soldados, respectivamente.

## 5 CONCLUSÃO

Ao chegar às conclusões da pesquisa, constata-se que o objetivo geral foi alcançado, pois foi identificada a percepção dos policiais militares quanto à existência de preconceito de classe social durante a atuação policial.

O parâmetro para esse trabalho é que a atuação policial deve ser livre de qualquer tipo de preconceito, em consonância com as normas organizacionais, sendo desejável que estes profissionais, na posição em que ocupam na sociedade e como agentes da segurança pública, desempenhem suas funções com uma qualidade efetiva. Foi observado na discussão do referencial teórico que o policial militar é membro da sociedade e está sujeito às interferências que emanam desta, contudo a PMMG se preocupa em padronizar as condutas destes profissionais para que eles não sejam influenciados pelos estereótipos e preconceitos sociais.

A análise dos resultados indica que a maioria dos entrevistados percebe e concorda que alguns policiais militares ainda manifestam preconceito referente à classe social a que o cidadão pertença durante o atendimento a ocorrências e abordagens policiais. Assim, frente a expressões do tipo 'má aparência ou aparência de pobre' os policiais militares respondem que essas características são motivadoras da atuação quanto à abordagem policial, o que ratifica a hipótese desta pesquisa de que as ações dos policiais são diferenciadas resultando em um tratamento desigual a cada tipo de cidadão a ser atendido, sendo a renda o fator diferenciador. Ainda, a maioria dos entrevistados concorda que atualmente existe uma conduta policial diferenciada na abordagem a pessoas que aparentam pertencer a classes sociais distintas, o que influencia diretamente no atendimento às ocorrências policiais.

Relevante destacar que os dados relativos à existência de preconceito de classe social na atuação policial estão relacionados diretamente com o perfil profissional dos entrevistados, sendo que essa percepção é mais fortemente presente entre os policiais militares que possuem mais de 21 anos de serviço na Organização.

Destaca-se que com essa atitude, tais policiais militares deixam de legitimar a ação da polícia e abre-se o precedente para o cometimento de discriminações, o que reforça a prática de arbitrariedades por alguns agentes públicos, que têm o dever constitucional de assegurar a igualdade entre todos os cidadãos.

Dado o exposto, entende-se e sugere-se que o preconceito de classe social presente na atuação policial e percebido no perfil dos policiais com mais tempo de serviço pode ser trabalhado mediante a abordagem do tema nas instruções diárias que antecedem o turno de serviço das Unidades Operacionais da PMMG. Deste modo, seria atribuição das Unidades Operacionais da PMMG a capacitação de seus policiais militares para que estes possam atuar com eficiência no serviço operacional e com o tratamento adequado a ser dispensado a cada cidadão, contudo, sem existir qualquer manifestação de preconceito.

Outra sugestão é que seja realizado treinamento específico para o público alvo abordando o assunto durante a realização do TPB – Treinamento Policial Básico –, o qual os policiais militares frequentam bienalmente.

## 6 REFERÊNCIAS

ABEP. **Critério de Classificação Econômica Brasil 2014 – Base LSE 2012**. Disponível em <[www.abep.org/new/criterioBrasil.aspx](http://www.abep.org/new/criterioBrasil.aspx)>. Acesso em: 22out. 2014.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: Uma introdução ao estudo de Psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. **Síntese de Indicadores Sociais 2013**. Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

CABRAL, João Francisco P. **As classes sociais no pensamento de Karl Marx**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/filosofia/as-classes-sociais-no-pensamento-karl-marx.htm>>. Acesso em: 31ago. 2014.

CLASSE. In: DICIONÁRIO Michaelis. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=classe>>. Acesso em: 29ago. 2014.

CROCHÍK, José Leon. **Preconceito, indivíduo e cultura**. 2. ed. São Paulo: Robe Editorial, 1997. 152 p.

ESCALA LIKERT. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Escala\\_Likert](http://pt.wikipedia.org/wiki/Escala_Likert)>. Acesso em: 20out. 2014.

GASPARIN, Gabriela. **Veja diferenças entre conceitos que definem classes sociais no Brasil**. G1. São Paulo, 20Ago. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2013/08/veja-diferencas-entre-conceitos-que-definem-classes-sociais-no-brasil.html>>. Acesso em: 18set. 2014.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002. 232 p.

JUNIOR, Cirilo. **IBGE: maior parte dos brasileiros se declara de cor branca**. 27set. 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/ibge-maior-parte-dos-brasileiros-se-declara-de-cor-branca,73f85885bc061410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 24set. 2014.

MENDES, Alessandra. **Uma polícia para ricos e outra para pobres em Belo Horizonte**. 10set. 2012. Disponível em: <<http://www.hojeemdia.com.br/minas/uma-policia-para-ricos-e-outra-para-pobres-em-belo-horizonte-1.32042>>. Acesso em: 18jun. 2014.

MINAS, Agência. **Na copa, quase três mil militares vão atuar em BH**. 27mai. 2014. Disponível em: <[www.brasil247.com/pt/247/minas247/141346/Na-Copa-quase-três-mil-militares-vão-atuar-em-BH.htm](http://www.brasil247.com/pt/247/minas247/141346/Na-Copa-quase-três-mil-militares-vão-atuar-em-BH.htm)>. Acesso em: 30jul. 2014.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Estado-Maior. Batalhão Metrôpole. **Instrução para o emprego operacional nº 3.03.03/2010 – EMPM**: Estabelece as normas do Batalhão Metrôpole da PMMG. Belo Horizonte: 3ª Seção do Estado-Maior da PMMG, 2010. 19 p.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Tática Policial, Abordagem a Pessoas e tratamento às Vítimas** – Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar, 2013. 148 p.: II. (Manual Técnico-Profissional MTP 02.)

PEDROSO, Rodrigo. **Nova definição da classe média abrange 54% da população brasileira**. Disponível em <<http://www.valor.com.br/brasil/2682174/nova-definicao-da-classe-media-abrange-54-da-populacao-brasileira>> . Acesso em: 18out.2014.

PICOTTEZ, Fernanda. **Qual é o tamanho da amostra que eu preciso**. 13dez. 2013. Disponível em: <<http://www.netquest.com/br/blog/qual-e-o-tamanho-de-amostra-que-preciso/>>. Acesso em: 17jul. 2014.

PRECONCEITO. In: DICIONÁRIO Michaelis. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=preconceito>>. Acesso em: 28ago. 2014.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Paulo Silvino. **Preconceito de Classe Social**. Disponível em: <[www.brasilecola.com/sociologia/preconceito-classe-social.htm](http://www.brasilecola.com/sociologia/preconceito-classe-social.htm)>. Acesso em: 31ago. 2014.

SAE. **Origens e desafios da nova classe média brasileira**. Disponível em: <[http://www.sae.gov.br/novaclassemedia/?page\\_id=58](http://www.sae.gov.br/novaclassemedia/?page_id=58)>. Acesso em 20out. 2014.

STEVENSON, William J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

SURVEYMONKEY. **A escala de Likert explicada.** Disponível em: <<https://pt.surveymonkey.com/mp/likert-scale/>>. Acesso em 23jul. 2014.

TAVARES, Gilead Marchezi; SOUZA, Lídio de; MENANDRO, Paulo Rogério Meira; TRINDADE, Zeidi Araújo. **Concepções de policiais militares sobre categorias sociais que são alvo do trabalho policial.** Rev. Dep. Psicol., UFF;16(1):77-95, jan.-jul. 2004. tab, graf.

VIEGA, Sara. **Como utilizar a escala de Likert em análise estatística.** Disponível em: <<http://educacao.umcomo.com.br/articulo/como-utilizar-a-escala-de-likert-em-analise-estatistica-402.html>>. Acesso em: 20out. 2014.

## **7 APÊNDICE**

### **7.1 Questionário**

#### **QUESTIONÁRIO PARA MONOGRAFIA**

**CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA CRIMINAL -  
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**

**TEMA: A PERCEPÇÃO DE POLICIAIS MILITARES QUANTO À EXISTÊNCIA DE  
PRECONCEITO DE CLASSE SOCIAL NA ATUAÇÃO POLICIAL**

Este questionário tem o objetivo de pesquisar a percepção de policiais militares sobre a possibilidade da existência de preconceito de classe social na atuação policial.

Preconceito é um conceito preconcebido, manifestado geralmente na forma de uma atitude "discriminatória" perante pessoas, lugares ou tradições, considerados antes de averiguar a realidade. Costuma indicar desconhecimento pejorativo de alguém, ou de um grupo social, ao que lhe é diferente.

Define-se classe social, resumidamente, como um grupo de pessoas que possuem características semelhantes, tal como um status socioeconômico similar.

O preconceito de classe social então é definido como o preconceito que está associado ao poder aquisitivo, padrão de vida e nível de escolaridade dos indivíduos, sendo a renda o fator determinante de sua posição social.

De acordo com os conceitos acima e com a experiência profissional, responda ao questionário proposto. É importante destacar que não é necessário se identificar, somente preencher os dados abaixo para agrupamento e análise dos resultados.

Esta pesquisa tem caráter unicamente acadêmico e os dados não serão divulgados individualmente.

1. Dados pessoais:

1.1 Sexo:

Masculino     Feminino

1.2 Faixa etária:

18 a 25 anos

26 a 30 anos

31 a 35 anos

36 a 40 anos

mais de 41 anos

1.3 Escolaridade:

Ensino Fundamental incompleto

Ensino Fundamental completo

Ensino Médio completo ou incompleto

Ensino Superior incompleto

Ensino Superior completo ou Especialização

1.4 Cor ou raça:

Branca

Amarela

Indígena

Preta / Negra

Parda / Morena

1.5 Estado Civil:

Solteiro

Casado/amasiado

Separado

Divorciado

Viúvo

Outros. Especifique: \_\_\_\_\_

## 2. Dados profissionais:

### 2.1 Tempo de serviço na PMMG:

- Até 5 anos
- 6 a 10 anos
- 11 a 15 anos
- 16 a 20 anos
- Acima de 21 anos

### 2.2 Posto/Graduação atual:

- Cabo/Soldado
- Subtenente/Sargento
- Tenente
- Capitão/Major
- Tenente-Coronel/Coronel

### 2.3 Rendimentos:

- Até 5 SM (até R\$ 3.620,00)
- 5 a 10 SM (+ de R\$ 3.620,00 a R\$ 7.240,00)
- 10 a 15 SM (+ de R\$ 7.240,00 a R\$ 10.860,00)
- 15 a 20 SM (+ de R\$ 10.860,00 a R\$ 14.480,00)
- Mais de 20 SM (acima de R\$ 14.480,00)

## 3. Dê sua opinião nos itens a seguir:

3.1 O local em que o cidadão se encontra é determinante para o processo de suspeição policial e motivador da sua abordagem.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

3.2 Indivíduos com má aparência tem chance maior de serem abordados por policiais.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

3.3 Indivíduos que aparentam ser pobres tendem a ser mais frequentemente abordados.

- ( ) Discordo totalmente
- ( ) Discordo parcialmente
- ( ) Concordo parcialmente
- ( ) Concordo totalmente

3.4 O cidadão que aparenta uma boa condição financeira deixa de ser visto como possível suspeito do cometimento de um crime.

- ( ) Discordo totalmente
- ( ) Discordo parcialmente
- ( ) Concordo parcialmente
- ( ) Concordo totalmente

3.5 A conduta do policial é diferenciada na abordagem a pessoas que aparentam pertencer a classes sociais distintas.

- ( ) Discordo totalmente
- ( ) Discordo parcialmente
- ( ) Concordo parcialmente
- ( ) Concordo totalmente

3.6 Ainda há a manifestação de preconceito, em alguns policiais militares, durante o atendimento a ocorrências e abordagens envolvendo pessoas das classes sociais mais baixas, resultando em um tratamento desigual a cada cidadão, sendo a renda o fator diferenciador.

- ( ) Discordo totalmente
- ( ) Discordo parcialmente
- ( ) Concordo parcialmente
- ( ) Concordo totalmente

3.7 A situação econômico-financeira de um bairro ou região é determinante para a disponibilização e emprego, por parte da Organização, da quantidade de policiais empregados na localidade.

- ( ) Discordo totalmente
- ( ) Discordo parcialmente
- ( ) Concordo parcialmente
- ( ) Concordo totalmente

3.8 Na sua percepção, qual a frequência com que os policiais associam a prática do crime a um indivíduo por este aparentar ser de uma classe social mais baixa?

- nunca
- 1 em 10
- 3 em 10
- 5 em 10
- 7 em 10
- 10 em 10

3.9 Avalie a relação existente entre a condição socioeconômica de um cidadão e a possibilidade deste indivíduo ser um provável suspeito do cometimento de um crime.

- Totalmente importante para motivar a suspeição
- Importante para motivar a suspeição
- Pouco importante para motivar a suspeição
- Não é importante para motivar a suspeição

3.10 A abordagem e o atendimento de ocorrência devem variar conforme a classe social a que o cidadão pertence.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

3.11 É possível adotar uma conduta policial diferenciada considerando a condição socioeconômica de um público alvo sem haver, necessariamente, a interferência de estereótipos e preconceitos durante a atuação.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente